



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome: Governo do Estado de Roraima / RR
Endereço: Praça do Centro Civico
Bairro: Centro
Telefone: (095) 2121-7983
Fax: (095) 2121-7390
CNPJ: 84.012.012/0001-26
Complemento: Palácio Senador Hélio Campos
CEP: 69301-380
E-mail: governador@cti.rr.gov.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome: FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES
Cargo: Governador
E-mail: governador@cti.rr.gov.br
CPF: 076.548.714-49
Complemento do Cargo:
Data Início de Gestão: 07/04/2014

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome: Instituto de Previdência do Estado de Roraima
Endereço: Rua Araújo Filho
Bairro: Centro
Telefone: (095) 2121-3950
Fax:
CNPJ: 03.491.063/0001-86
Complemento:
CEP: 69301-090
E-mail: iper@iper.rr.gov.br

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome: ANDREY CEZAR WINDSCHEID CRUZEIRO DE HOLLANDA
Cargo:
Telefone:
Fax:
Complemento do Cargo:
CPF: 946.472.242-87
Data Início de Gestão: 07/11/2014
E-mail:

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome: ANDREY CEZAR WINDSCHEID CRUZEIRO DE HOLLANDA
Cargo:
Telefone:
Fax:
Complemento do Cargo:
CPF: 946.472.242-87
Data Início de Gestão: 07/11/2014
Entidade Certificadora: ANBIMA
Validade Certificação: 01/11/2016
E-mail:

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome: Carlos Alexandre Praia Rodrigues de Carvalho
Telefone: (095) 2121-3969
Data de envio: 16/12/2013
Fax: (095) 2121-3961
CPF: 825.663.482-00
E-mail: carlos.praia.iper@gmail.com
[(Retificação)]

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2014

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: BARAC DA SILVA BENTO

CPF: 018.253.052-34

Data da Elaboração: 22/11/2013 Data da ata de aprovação: 17/12/2013

Órgão superior competente: CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDENCIA - CEP

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico (X) Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	15,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	25,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	25,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	10,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	4,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	1,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	0,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	5,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	4,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	3,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	3,00
Total		100,00

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

As análises sobre a economia internacional em 2013 levaram em consideração três eixos essenciais: as situações nos EUA, na Europa e na China. As prolongadas e profundas dificuldades de recuperação europeia, da freada no crescimento chinês e dos percalços na retomada norte-americana, foram fatores essenciais para a dificuldade na retomada do crescimento mundial e nacional.

Nos EUA, apesar da melhora dos dados econômicos, os riscos fiscais reduziram o crescimento de 2013 para cerca de 1,8%, ante 2,2% em 2012. Para 2014, porém, espera-se crescimento mais vigoroso (2,4%). Nesse sentido, as perspectivas de crescimento são melhores do que as de outros países desenvolvidos, bem como de muitos emergentes, aspecto refletido no fortalecimento do dólar.

A decisão do Federal Reserve-FED, o banco central americano, de manter em US\$ 85 bilhões os estímulos mensais à economia do EUA provocou um alívio temporário, pois a possibilidade da redução para 2013 é um fator a ser levado em consideração.

Na Europa, mas especificamente na Zona do Euro, completou seis trimestres consecutivos de queda do nível de atividade e a tendência não deverá reverter em 2013. A previsão é de nova contração em relação ao ano passado (-0,7%), um valor similar ao registrado em 2012 (-0,6%). Já para 2014, as perspectivas são ligeiramente melhores, mas sugerem crescimento de apenas 0,3%.

No caso europeu, a saída parece mais política, do que econômica, pois é preciso adoção de políticas de estímulo ao crescimento, à geração de empregos e de partilha dos custos da crise, o que parece distante com as atuais lideranças conservadoras ora no poder.

A zona do euro permanece como uma fonte considerável de risco, embora o risco sistêmico de sua crise de dívida esteja diminuindo, com uma contínua perseguição a consolidação fiscal estrutural em 2014, os países da zona do euro devem permitir que os estabilizadores automáticos trabalhem focados no combate às altas taxas de desemprego.

A China espera-se uma nova redução do crescimento para 7,5%, ante 7,8% em 2012. Em 2014, este processo de arrefecimento deve continuar, esperando-se uma taxa de 7,3%. E com essa contínua desaceleração em seu PIB, ao sair de variações anuais superiores a 12% no período pré-crise para uma expansão de apenas 7,5% no segundo trimestre de 2013, o crescimento, no entanto, ainda pode ser considerado robusto, considerando que o país ocupa, atualmente, o posto de segunda maior economia, atrás somente dos EUA.

Trocando em miúdos, é pouco provável que as economias maduras consigam engrenar crescimento vigoroso também em 2014.

Para 2014, o crescimento do varejo será inferior ao verificado nos últimos anos ficando abaixo de 5,4%. Com uma forte desaceleração do crédito, uma menor geração de empregos e um aumento da inflação, serão fatores determinantes para a desaceleração do consumo das famílias brasileiras ao longo de 2014. Outro fator que influencia na economia nacional são os investimentos em infraestrutura, que são muito baixos, fato esse destacado para os agentes externos, como Banco Mundial e FMI.

O setor de serviços, que manteve taxas de crescimento mais expressiva nos últimos anos, deverá crescer menos do que a indústria e a agropecuária em 2014. A estimativa da instituição é de 2,2% de crescimento para o setor de serviços. Assim, o PIB do Brasil fechará o ano com crescimento de 2,8% e terá uma desaceleração em 2014, para 2,5%.

Contudo, mesmo com alguns números mais satisfatórios, o alto grau de incerteza que ronda a economia brasileira não só derrubou as expectativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano como também já contamina as projeções para 2014. Um conjunto de fatores contribui para o clima pessimista que se espalha pelo mercado: baixa confiança de consumidores e empresas, travas estruturais no País como um todo, desanimado dos empresários com os negócios, tanto em relação à situação atual quanto ao futuro.

O pessimismo é reforçado pelo quadro de incerteza quanto ao futuro dos investimentos privados, pela estagnação das concessões na área de infraestrutura, pela perspectiva de lucros menores para as empresas, além da própria indefinição eleitoral.

Além do mais as manifestações que eclodiram por todo o país, é algo a ser levado em consideração, pois o descontentamento da população com a realidade brasileira, coloca mais um ponto de interrogação nos modelos de projeções brasileiro. Onde a primeira reação do mercado foi questionar como ficaria a situação fiscal, porque provavelmente o governo tentaria entregar algo à população para acalmar os ânimos, como por exemplo congelar o reajuste de tarifas, que só aumenta o risco regulatório, pacotes de bondades para o próximo ano, como corte na taxa de juros, mesmo com uma inflação alta, entre outros.

Enfim o Brasil está com uma sociedade cada vez mais desconfia da eficiência do Estado, apesar da alta carga tributária. As eleições no próximo ano geram dúvidas no mercado quanto à capacidade do governo de cumprir, neste ano e no próximo, a meta de superávit primário, e somado a tudo isso, há um quadro de inflação persistentemente alta, uma abertura de taxa de juros próximo a casa de dois dígitos, com os atuais 9,5% mas com perspectivas de chegar a 10,25% ainda em 2013, uma rápida e forte desvalorização cambial, com o dólar abandonando o patamar de R\$ 2 para se estabelecer na faixa de R\$ 2,30, de investimentos parados e menor crescimento do principal comprador de produtos brasileiros - a China.

Objetivos da gestão

Esta PAI define as diretrizes e práticas de gestão dos recursos em moeda corrente do Instituto de Previdência Estadual de Roraima, como um plano de longo prazo para assegurar:

? Meta de rentabilidade tanto para Renda Fixa quanto Renda Variável: IPCA + 6% ao ano;

? O claro entendimento por parte dos gestores, servidores do Instituto, participantes, beneficiários, provedores externos de serviços e órgãos reguladores quanto aos objetivos e restrições relativas ao investimento dos ativos do Instituto;

? Aprimorar a gestão dos investimentos geridos pelo IPER;

? Manter os recursos aplicados em instituições financeiras que ofereçam produtos que possam atingir ou superar a meta atuarial;

? Pulverizar os recursos, de forma que não haja privilégios entre instituições financeiras credenciadas junto à IPER;

? Acompanhar sistematicamente a rentabilidade dos recursos aplicados;

? Estabelecer para os gestores dos recursos do IPER, diretrizes bem definidas para a forma de gerenciamento das carteiras;

? Tratar com celeridade as movimentações financeiras, no que se refere a aplicações e resgates;

? Zelar pela integralidade e imparcialidade dos membros do Comitê de Investimentos;

? Atenção especial à capacitação funcional destes, bem como a preocupação imediata quanto à estruturação deste órgão, para que, somente assim, possa cumprir suas missões com eficácia.

A condução do processo de investimento de forma clara, eficiente e segura com controle e gestão de portfólio, que permita o acompanhamento da meta atuarial, respeite os princípios de Compliance (aderência à Resolução CMN nº. 3.922 e à política de investimentos) e governança corporativa.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

A aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social em títulos e valores mobiliários é delimitada, conforme nos disposto Art7º, 8º e 9º da Resolução 3922/2010.

De maneira complementar, a aplicação dos recursos somente poderá ser feita em instituições que passaram pelo processo de credenciamento estabelecido nesta Política de Investimentos.

Para alocação dos valores em fundos de investimento que estejam enquadrados às exigências da Resolução 3.922, ainda deverão ser observados os seguintes critérios:

Que os fundos estejam classificados como baixo risco de crédito pelas agências de "rating", sempre que obrigatório;

Patrimônio líquido do fundo a ser investido seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para os fundos de renda fixa e de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para os de renda variável, com exceção dos fundos que possuam data única para aplicação;

Nos fundos de renda fixa a participação do IPER não pode ser maior do que 25% (vinte por cento) do valor do fundo;

Nos fundos de renda variável a participação do IPER não pode ser maior do que 25% (dez por cento) do valor do fundo;

A rentabilidade apresentada deverá ter alcançado no mínimo 100% (cem por cento) da taxa de meta atuarial (TMA).

Mensalmente se verificará a rentabilidade, cumprimento da meta e a variação semestral do fundo. Os fundos que tiverem a aderência abaixo da relacionada a seguir serão eliminados – salvo não sejam encontradas alternativas melhores dentro dos bancos credenciados e respeitando o enquadramento - a saber:

Renda fixa – abaixo de 99% da meta estabelecida no regulamento. Em sendo o IMA, lato sensu, o Benchmark do fundo, abaixo de 90% da meta prometida;

Renda Fixa – FIDCS – abaixo de 90% da meta prometida;

Fundos de Renda Variável – abaixo de 90% (noventa por cento) da meta estabelecida no regulamento;

Fundos Multimercado – abaixo de 90 % (noventa por cento) da meta estabelecida no regulamento;

Fundos imobiliários – 90% da meta estabelecida pelo regulamento.

Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social aplicados no mercado financeiro, que estejam em desacordo com o estabelecido na Resolução 3.922/2010, desenquadrado com esta Política de Investimentos e/ou com rentabilidade abaixo da aderência mencionada acima, poderão ser realocados com a finalidade de preservar o capital investido do IPER e a superação da sua meta atuarial (TMA). Tendo que ser respeitado os Regulamentos vigentes de cada Fundo.

O Comitê de Investimento deverá subsidiar as decisões da Diretoria Executiva quanto às categorias de investimento, alocações, limites e restrições obedecendo necessariamente os previstos na Resolução CMN nº 3922 de 25 de novembro de 2010.

Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global do IPER Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos acima descritos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.

Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:

Forma Direta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais e/ ou operações compromissadas.

Forma Indireta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos. O prazo de vencimento dos Títulos Públicos, das operações compromissadas e carência para resgates em fundos de investimento, obedecerão à política de cruzamento das datas previstas dos compromissos estabelecidos no passivo atuarial com o vencimento dos ativos financeiros.

Para o segmento de renda fixa, o benchmark utilizado será a meta atuarial.

Para o segmento de renda variável, o benchmark utilizado será a meta atuarial.

O IPER elabora mensalmente três tipos de relatórios:

Performance do Portfólio, que permite acompanhar a evolução do patrimônio do Instituto, bem como as aplicações e resgates;

Performance do Investimento, que permite acompanhar o desempenho dos ativos perante a meta atuarial;

Relatório de Alocação que permite acompanhar o enquadramento dos investimentos perante a Resolução vigente e à Política de Investimentos;

Tais informações, incluindo os indicadores do mercado financeiro, compõem o Relatório Mensal da Rentabilidade da Carteira, que é repassado à Direção Geral, Comitê de Investimentos e Conselho de Previdência Estadual e condiz com a obrigatoriedade exigida na PORTARIA MPS Nº 519, DE 24 DE AGOSTO DE 2011 - DOU DE 23/08/2011, onde de acordo com o Art. 3º, inciso "V", define:

"V - elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle;"

Os relatórios supracitados serão mantidos pelo Instituto à disposição do Ministério da Previdência, demais órgãos fiscalizadores, bem como dos segurados.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

Os critérios de contratação, estarão de acordo com o artº 3 inciso a de I a IX, da PORTARIA MPS Nº 519, DE 24 DE AGOSTO DE 2011 - DOU DE 25/08/2011, que solicita realização processo seletivo, submetendo-o à instância superior de deliberação, tendo como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

Mensalmente se verificará a rentabilidade, cumprimento da meta e a variação semestral do fundo.

Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global do IPER Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

Periódica e tempestivamente, os testes comparativos, avaliação dos resultados e diversificação da gestão externa e interna dos ativos serão realizados pelo Comitê de Investimentos – COINVEST, que se reportará mensalmente, ao Gestor do Recurso e aos Órgãos Deliberativos e Fiscais do Ente.

Observações

Todos os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do IPER, deverão ser certificados profissionalmente através da série 10 ou 20 (CPA-10 ou CPA-20), instituído pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID ou certificado equivalente.

Deve ser observado, pelos responsáveis da gestão dos recursos do RPPS, que as instituições financeiras nas quais o IPER venha alocar os Recursos Previdenciários devem estar classificadas, por agência classificadora de risco em funcionamento do país, como de baixo risco de crédito, de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento, as quais serão acompanhadas periódica e tempestivamente pelo Comitê de Investimentos – COINVEST, que se reportará mensalmente ao Conselho Fiscal e ao Conselho Estadual de Previdência, através dos relatórios de atividades.

A presente Política de investimento/2014, Justificadamente, poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação, de acordo com art. 4º parágrafo 1º da resolução nº 3922/2010

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	076.548.714-49 - FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES	Data: __/__/__	Assinatura:
Representante Legal da Unidade Gestora:	946.472.242-87 - ANDREY CEZAR WINDSCHEID CRUZEIRO DE HOLLANDA	Data: __/__/__	Assinatura:
Gestor de Recurso RPPS:	946.472.242-87 - ANDREY CEZAR WINDSCHEID CRUZEIRO DE HOLLANDA	Data: __/__/__	Assinatura:
Responsável:	825.663.482-00 - Carlos Alexandre Praia Rodrigues de Carvalho	Data: __/__/__	Assinatura: